

Américo Junior Nunes da Silva
(Organizador)



A educação enquanto fenômeno social e a superação das desigualdades sociais

Atena
Editora
Ano 2022

3

Américo Junior Nunes da Silva
(Organizador)



A educação enquanto fenômeno social e a superação das desigualdades sociais

Atena
Editora
Ano 2022

3

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Gabriel Motomu Teshima

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Prof^o Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof^o Dr^a Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof^o Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Prof^o Dr^a Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Prof^o Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^o Dr^a Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Prof^o Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^o Dr^a Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof^o Dr^a Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Prof^o Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^o Dr^a Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^o Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^o Dr^a Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



A educação enquanto fenômeno social e a superação das desigualdades sociais 3

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Bruno Oliveira
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizador: Américo Junior Nunes da Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E24 A educação enquanto fenômeno social e a superação das desigualdades sociais 3 / Organizador Américo Junior Nunes da Silva. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-972-8

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.728220802>

1. Educação. I. Silva, Américo Junior Nunes da (Organizador). II. Título.

CDD 370

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br



Atena
Editora
Ano 2022

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

Diante do atual cenário educacional brasileiro, resultado de constantes ataques deferidos ao longo da história, faz-se pertinente colocar no centro da discussão as diferentes questões educacionais, valorizando formas particulares de fazer ciência e buscando superar problemas estruturais, como a desigualdade social por exemplo. Direcionar e ampliar o olhar em busca de soluções para os inúmeros problemas postos pela contemporaneidade é um desafio, aceito por muitos professores/as pesquisadores/as.

A área de Humanas e, sobretudo, a Educação, vem sofrendo de trato constante nos últimos anos, principalmente no que tange ao valorizar a sua produção científica. O cenário político de descuido e de trato com as questões educacionais, vivenciado recentemente e agravado com a pandemia, nos alerta para a necessidade de criação de espaços de resistência. Este livro, intitulado “**A Educação enquanto fenômeno social e a superação das desigualdades sociais**”, da forma como se organiza, é um desses lugares: permite-se ouvir, de diferentes formas, os diferentes sujeitos que fazem parte dos movimentos educacionais.

É importante que as inúmeras problemáticas que circunscrevem a Educação, historicamente, sejam postas e discutidas. Precisamos nos permitir ser ouvidos e a criação de canais de comunicação, como este livro, aproxima a comunidade das diversas ações que são vivenciadas no interior da escola e da universidade. Portanto, os inúmeros capítulos que compõem este livro tornam-se um espaço oportuno de discussão e (re)pensar do campo educacional, considerando os diversos elementos e fatores que o intercrossa.

Neste livro, portanto, reúnem-se trabalhos de pesquisa e experiências em diversos espaços, com o intuito de promover um amplo debate acerca das diversas problemáticas que permeiam o contexto educacional, tendo a Educação enquanto fenômeno social importante para o fortalecimento da democracia e superação das desigualdades sociais.

Os/As autores/as que constroem essa obra são estudantes, professores/as pesquisadores/as, especialistas, mestres/as ou doutores/as e que, muitos/as, partindo de sua práxis, buscam novos olhares a problemáticas cotidianas que os mobilizam. Esse movimento de socializar uma pesquisa ou experiência cria um movimento pendular que, pela mobilização dos/as autores/as e discussões por eles/as empreendidas, mobilizam-se também os/as leitores/as e os/as incentivam a reinventarem os seus fazeres pedagógicos e, conseqüentemente, a educação brasileira. Nessa direção, portanto, desejamos a todos e a todas uma provocativa leitura!

Américo Junior Nunes da Silva

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

A IMPORTÂNCIA DOS NÚCLEOS DE ESTUDOS AFRO-BRASILEIROS NA EFETIVAÇÃO DA IGUALDADE RACIAL: A EXPERIÊNCIA DO NEAB /UFGD - UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS

Aline Benvinda Figueredo
Eugenia Portela de Siqueira Marques
Julia Duarte de Souza
Luis Carlos dos Santos Nunes
Aparecida Queiroz Zacarias Silva
Eduardo Henrique Oliveira da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7282208021>

CAPÍTULO 2..... 16

FORMACIÓN DOCENTE BASADA EN COMPETENCIAS: CONCEPCIONES Y PRÁCTICA DOCENTE EN DOCENTES UNVERSITARIOS DE UNA UPE EN MEXICO. ESTUDIO EN CASO

Norma Acevez Alcántara

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7282208022>

CAPÍTULO 3..... 44

FATORES QUE CONTRIBUEM PARA A EVASÃO DOS ALUNOS DO ENSINO SUPERIOR

Rosiomar Santos Pessoa
Jacira Medeiros de Camelo
Maria José Quaresma Portela Corrêa
Sílvia de Fátima Nunes da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7282208023>

CAPÍTULO 4..... 54

HERMENÊUTICA FILOSÓFICA E LINGUAGEM NA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA

Rui Guilherme Mangas de Souza

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7282208024>

CAPÍTULO 5..... 64

ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO: APORTES DA AUTONOMIA E INSERÇÃO SOCIAL DO SUJEITO

Priscila Vieira Ferraz de Melo
Rosivânia Ribeiro dos Santos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7282208025>

CAPÍTULO 6..... 72

A INFRAESTRUTURA ESCOLAR COMO DIMENSÃO INDISPENSÁVEL PARA A AVALIAÇÃO DA QUALIDADE EDUCACIONAL

Nathália Donegá Dos Anjos
Claudia Pereira de Pádua Sabia

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7282208026>

CAPÍTULO 7..... 85

PROPOSTA DE AUTONOMIA E INCLUSÃO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ PELA RESPONSABILIDADE SOCIAL E GOVERNANÇA CORPORATIVAS

Amanda Souza Julião

Maryana Fonseca Teixeira

Mikael Ferreira dos Santos

Jackeline Lucas Souza

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7282208027>

CAPÍTULO 8..... 94

PROJETO “MÃOS À HORTA” - EXPERIÊNCIA DE IMPLANTAÇÃO DE HORTAS ESCOLARES PELOS ALUNOS DO INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA - CAMPUS ALEGRETE, RS

Narielen Moreira de Moraes

Diogo Maus

Roscielen Moreira de Moraes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7282208028>

CAPÍTULO 9..... 99

APLICAÇÃO DE SENSORES DE CAMPO MAGNÉTICO PARA LABORATÒRIO DIDÁTICO DE FÍSICA USANDO PLATAFORMA ARDUÍNO

André Felipe da Silva Paz

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7282208029>

CAPÍTULO 10..... 111

ADOTE UMA ESCOLA – RESISTÊNCIA E ENFRENTAMENTO ÀS DESIGUALDADES SOCIAIS NA AMAZÔNIA RONDONIENSE

Francisco Marquelino Santana

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.72822080210>

CAPÍTULO 11..... 119

OS DESAFIOS DO ENSINO REMOTO EMERGENCIAL PARA ESTUDANTES SURDOS

Daniela de Fátima Barbosa Gonzales

Rosecleide Orozimbo Harada

Renan Rodrigues de Souza

Maria Candida Soares Del-Masso

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.72822080211>

CAPÍTULO 12..... 127

JOGO DIDÁTICO DE CARTAS COMO ESTRATÉGIA PARA PROMOVER APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA EM TABELA PERIÓDICA

Lígia Maria Mendonça Vieira

Fabiano da Rocha Lisboa

Abiney Lemos Cardoso

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.72822080212>

CAPÍTULO 13..... 141

TRANSTORNO DA LINGUAGEM ESCRITA: DISLEXIA COMO IMPEDIMENTO DE UMA APRENDIZAGEM FLUENTE NA LEITURA E ESCRITA

Francisca Morais da Silveira

Fabiana Barros Costa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.72822080213>

CAPÍTULO 14..... 155

EDUCAÇÃO DE LÍDERES: DIVERSIDADE E MODOS DE EXISTÊNCIA NOS AMBIENTES CORPORATIVOS

Elaine Regina Terceiro dos Santos

Maria Regina Momesso

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.72822080214>

CAPÍTULO 15..... 169

A VIVÊNCIA DO MÉTODO CLÍNICO-CRÍTICO PIAGETIANO NA PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO: ANÁLISE DA CONSTRUÇÃO DE POSSÍVEIS POR MEIO DO JOGO DE REGRAS SENHA

Leandro Augusto dos Reis

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.72822080215>

CAPÍTULO 16..... 177

OU SO DA WEBQUEST NO ENSINO SUPERIOR: UMA EXPERIÊNCIA INTERDISCIPLINAR

Marineuza Matos dos Anjos

Liege Maria Queiróz Sitja

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.72822080216>

CAPÍTULO 17..... 189

DO ALFABETIZAR AO ALFABETIZAR LETRANDO: UM SALTO QUALITATIVO

Claudia Pereira Gomes

Cristina Sales Cruz

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.72822080217>

CAPÍTULO 18..... 207

A TRIBUTAÇÃO UNIFICADA SOBRE A RENDA COMO INSTRUMENTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO

Diego Bisi Almada

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.72822080218>

CAPÍTULO 19..... 218

ACERCA DE “EL LIBRO NEGRO DE LOS COLORES” (2008) DE MENENA COTTIN Y ROSANA FARÍA

Alfredo Fredericksen Neira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.72822080219>

| | |
|---|------------|
| CAPÍTULO 20..... | 234 |
| PROFESSOR, MONITOR E ALUNO COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL: INTERAÇÕES NECESSÁRIAS | |
| Mônica Menin Martins | |
| Maria Lúcia Suzigan Dragone | |
|  https://doi.org/10.22533/at.ed.72822080220 | |
| SOBRE O ORGANIZADOR..... | 242 |
| ÍNDICE REMISSIVO..... | 243 |

EDUCAÇÃO DE LÍDERES: DIVERSIDADE E MODOS DE EXISTÊNCIA NOS AMBIENTES CORPORATIVOS

Data de aceite: 01/02/2022

Elaine Regina Terceiro dos Santos

Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"
<http://lattes.cnpq.br/1217679167158890>
Araraquara

Maria Regina Momesso

Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"
<http://lattes.cnpq.br/8973020849570833>
Araraquara

RESUMO: Atualmente, movimentos identitários ganharam espaço na agenda estratégica das organizações, dentro do bojo da governança corporativa, são exemplos: *o Fórum de Empresas e Direitos LGBT+, o Movimento Mulher 360, a Coalização para a Equidade Racial e de Gênero, ONU Mulheres*. Essa conjectura despertou para a inclusão de novos sujeitos ao diálogo, mais conscientes de seus direitos, houve o despertar desse sujeito para o conhecimento de si na relação com o outro. Evidenciou-se nos discursos das organizações os vieses inconscientes, “problematizou-se” a cultura da heteronormatividade, dos papéis sociais modelados pela sociedade patriarcal. No ambiente corporativo, por vezes, o gênero e a orientação sexual moldam as definições de funções, as compreensões de méritos, promoções, as técnicas de gerenciamento e o encarecimento dos funcionários, quando isso ocorre reforçam estereótipos e práticas

discriminatórias. Observamos alguns discursos de “verdade” que permeiam os ambientes sociais e corporativos, utilizados para conceituar a “diversidade”, seja pela via do discurso religioso, jurídico, político ou organizacional, pautado na busca da inclusão social, que podem reforçar uma rasa compreensão da individualidade humana, os modos de existência, e seus processos de construção do saber. Os estudos foucaultianos (1979, 2007) defendem que o sujeito se constitui por meio de práticas discursivas, estas se fazem por processos de subjetivação, que é o resultado de uma construção que se dá no interior de um espaço demarcado por três eixos: Ser-Saber; Ser-Poder; Ser-Ética. Propomos, por meio desse artigo refletir sobre a necessidade de educar os líderes no ambiente corporativo para o tema diversidade, mas no tocante a educação sexual, seus fundamentos, o contexto histórico evolutivo, uma vez que a educação tem como premissa maior, o despertar, o provocar, o conhecer a si e ao outro para o cuidado de si e do outro, deve constituir-se como um cuidado necessário para o desenvolvimento de dada sociedade em dado momento, levar àqueles que interagem dentro desse ambiente a conscientizar-se de tudo que o envolve e quais são os efeitos de sentido de seus discursos e dos discursos dos outros, conseqüentemente, que efeitos de poder positivo são produzidos para a constituição de subjetividades e como isso pode atuar na ética do próprio sujeito.

PALAVRAS-CHAVE: Educação, Diversidade; Ambiente Corporativo.

LEADERSHIP EDUCATION: DIVERSITY AND MODES OF EXISTENCE IN CORPORATE ENVIRONMENTS

ABSTRACT: Currently, identity movements have gained a place in the strategic agenda of organizations, within the corporate governance framework, such as the LGBT + Business and Women Forum, the 360 Women's Movement, the Coalition for Racial and Gender Equity, UN Women. This conjecture aroused the inclusion of new subjects to the dialogue, more aware of their rights, there was the awakening of this subject to the knowledge of self in the relationship with the other. The unconscious biases were evidenced in the organizations' discourses, the culture of heteronormativity, of the social roles modeled by the patriarchal society was "problematized." In the corporate environment, gender and sexual orientation sometimes shape role definitions, merit understandings, promotions, management techniques, and employee career development, where this reinforces discriminatory stereotypes and practices. We observe some "truth" discourses that permeate social and corporate environments, used to conceptualize "diversity", whether through religious, legal, political or organizational discourse, based on the search for social inclusion, which can reinforce a shallow understanding of human individuality, the modes of existence, and their processes of knowledge construction. The Foucauldian studies (1979, 2007) defend that the subject is constituted by discursive practices, these are done by processes of subjectivation, which is the result of a construction that takes place within a space demarcated by three axes: Ser- To know; Being-Power; Ser-Ethics. We propose, through this article, to reflect on the need to educate leaders in the corporate environment on the theme of diversity, but with regard to sex education, its foundations, the evolutionary historical context, since education has as its premise, to provoke, to know oneself and the other for the care of oneself and the other, must constitute itself as a necessary care for the development of a given society at a given moment, lead to those who interact within that environment to become aware of everything that surrounds it and what are the meaning effects of its discourses and the discourses of others, consequently, that effects of positive power are produced for the constitution of subjectivities and how this can act in the ethics of the subject itself.

KEYWORDS: Education, Diversity; Corporate Environment.

INTRODUÇÃO

A sexualidade é tema complexo, alvo de tabus e repressões no contexto social e religioso. No âmbito escolar, por vezes, a sexualidade fora reduzida a genitalidade biológica, no âmbito médico a uma visão higienista, que têm sua importância na prevenção e erradicação de doenças, principalmente nas camadas mais vulneráveis da população, porém se limitado a essas visões não possibilitam o aprofundamento da questão psicossocial e inclusiva da sexualidade na vida do indivíduo.

Na psicanálise freudiana, a sexualidade humana é situada aquém e além do ato sexual e da reprodução, identifica-se a existência do instinto sexual já na infância, propondo em sua teoria que sexualidade é energia, que sofre flutuações quantitativas de acordo com variações da excitação sexual, da tensão sexual e do pré-prazer e que as normas sociais vigentes decorrentes do meio, podem modificar quantitativamente a sexualidade, uma vez

que restringem o instinto sexual. (FREUD 1970 – 1977)

A teoria freudiana faz referência a sexualidade individual como um conjunto libidinal de diferentes fontes de prazer, no qual o erotismo não se esgota nem se restringe à genitalidade.

A Organização Mundial da Saúde define sexualidade como “uma energia que nos motiva para encontrar amor, contato, ternura e intimidade; ela integra-se no modo como sentimos, movemos, tocamos e somos tocados, é ser-se sensual e ao mesmo tempo ser-se sexual. A sexualidade influencia pensamentos, sentimentos, ações e interações e, por isso, influência também a nossa saúde física e mental”.

No contexto histórico, vemos que no período romano, a sociedade era escravocrata, hierarquizada e de predomínio masculino, as mulheres, crianças e escravos eram submissos e passivos, esse modelo era aplicado também nas relações sexuais, ou seja, o ser ativo sexual significava - penetrar e o ser passivo - penetrado, era aceito na sociedade que um cidadão tivesse relações sexuais com um escravo, desde que fosse ativo. (VEYNE, 1987).

Desiderio (2016), aborda que a sexualidade é uma experiência individual, subjetiva e não pode ser ensinada, mas acolhida com naturalidade e sem repressões ou castigos e que a sexualidade passa primeiro pelo contato consigo, depois com o outro.

O sistema de símbolos estabeleceu a elite dominante de homens no poder. Segundo Millet (1969), o patriarcado ou a sociedade patriarcal, pode ser entendido como uma instituição social que se caracteriza pela dominação masculina nas sociedades contemporâneas em várias instituições sejam elas políticas, econômicas, sociais ou familiar.

É uma forma de valorização do poder dos homens sobre as mulheres que repousa mais nas diferenças culturais presentes nas ideias e práticas que lhe conferem valor e significado que nas diferenças biológicas entre homens e mulheres.

Kimmel (1998), aborda que a masculinidade hegemônica é invisível àqueles que tentam obtê-la como um ideal de gênero e é precisamente visível para os que são afetados pela sua violência.

Foucault (1988) explica que, a repressão foi, desde a época clássica, o modo fundamental de ligação entre poder, saber e a sexualidade e que o Ocidente lançou sobre nós uma demanda de verdade, cabendo a cada um extrair a sua verdade, uma vez que essa nos escapa às sombras. O autor nos provoca então a questionar se o sexo estaria então escondido por novos pudores, dada as exigências dessa sociedade burguesa. Comenta que a questão de buscarmos “quem somos”, em alguns séculos, nos levou também a nos questionar em relação ao sexo, não necessariamente ao sexo – natureza, abordagem biológica, mas o sexo-história, ao sexo-significação, ao sexo-discurso.

A abordagem sobre o poder de Michael Foucault (1979) é cética sobre a ideia de que há uma agência unificada de poder na sociedade, ele situa que o poder é disperso e opera de forma difusa, gerando identidades e práticas comportamentais.

De acordo com Foucault (1979) a modernidade trouxe duas novidades fortemente

interligadas: poder disciplinar, no âmbito dos indivíduos; e sociedade estatal, no âmbito do coletivo. O poder disciplinar surgiu em substituição ao poder pastoral (no campo religioso). A sociedade estatal veio em substituição ao poder de soberania, vem da lógica pastoral, embora não possa ser salvacionista, nem piedoso e nem mesmo individualizante. Assim, o poder de soberania tem um déficit em relação ao poder pastoral. Daí surge o poder disciplinar para preencher essa lacuna, com efeitos individualizantes, vigilante.

Com respeito a sexualidade, o poder geralmente estabelece relação de modo negativo: rejeição, exclusão, recusa, barragem, ocultação e mascaramento. O poder marca fronteiras, dita a lei, em regime binário, permitido e proibido, lícito e ilícito.

No conceito de sexualidade a palavra gênero foi incluída, com maior intensidade a partir da década de 1980, estimulada pelos movimentos sociais feministas, expandindo a questão da divisão dos papéis sociais e sua aplicação para gênero feminino e masculino, afirmando a subjetividade de cada ser humano na forma de expressar sua sexualidade. Joan Scott foi influente teórica sobre a aplicação do termo gênero.

Scott (1995) argumenta que as relações de gênero são marcadas por desigualdades, hierarquias e obediências, sendo estas nada mais que relações de poder, possuindo uma dinâmica própria, se articulando através de outras formas de dominação e desigualdades sociais, como raça, etnia, classe, entre outros, legitimados socialmente. A autora conceituou que o gênero é constituído por quatro elementos que se correlacionam: os símbolos (são nossas expressões sociais e caracterização); os conceitos normativos (como devemos interpretar esses símbolos impostos por influências e doutrinas); a representação binária dos gêneros (que reconhece o sexo como influente na sexualidade humana, mas não como o único determinante no gênero escolhido pelo indivíduo); e a identidade subjetiva (que está diretamente ligada às discussões sobre os termos gênero e sexo).

O gênero foi e é delimitado historicamente e socialmente, a partir das diferenças sexuais biológicas, possibilitando a naturalização de características mais e menos valoradas dos papéis sociais masculino e feminino, respectivamente, gerando formas de dominação tais como discrepâncias sócio-culturais, numa constante dialética permeada pelas mais diversas representações simbólicas. O gênero é associado aos traços de caráter e ao comportamento, enquanto sexo descreve o corpo e a biologia.

As consideradas minorias sexuais são compostas são apenas por homoafetivos, mas por todos que desafiam as convenções sociais de gênero, os padrões impostos pelo binarismo feminismo/masculino.

O autor Teixeira (1992), considera identidade, no sentido de pertinência dos membros de um grupo ao seu grupo específico, refletindo a forma como um grupo social, com maior poder, define aqueles grupos com menor poder, limitando-os a participação.

São consideradas pessoas transgêneros aqueles que não se submetem a regra heterossexista, ou seja, regra que prega a sintoma entre gênero (masculino e feminino, associado a papéis determinados, que espera-se que o indivíduo exerça em sociedade),

identidade de gênero (gênero com o qual uma pessoa se identifica, podendo estar ou não em concordância com aquele atribuído no seu nascimento) e orientação sexual (atração afetiva e sexual que a pessoa relação a pessoas de determinado gênero). (SILVA JUNIOR, 2014)

Judith Butler (2015) conceitua que gênero é a estilização repetida do corpo, um composto de ações que sofrem mudanças no decorrer da vida do indivíduo, que pode ter diversas identidades, não estando somente relacionadas às prevalências sexuais, com enfoque nas questões emocionais de um ser humano. A identidade de gênero é uma categoria da identidade social e está relacionada à identificação do indivíduo como homem ou mulher. Essa identidade deve ser construída pelo próprio ser humano. Mesmo com todas as influências que receberemos do meio social, a cada um caberá perceber se está em sintonia com sua orientação, desejos e suas práticas sexuais, entendendo que eles podem ser modificados no decorrer da vida.

Louro (2003) mostra que as discussões sobre gênero tem por objetivo combater as relações autoritárias, questionar a rigidez dos padrões de conduta estabelecidos para homens e mulheres e apontar caminhos para a transformação dos paradigmas estabelecidos em torno da relação homens/mulheres na sociedade, o que nos possibilita repensar e discutir a participação social, estabelecendo novas relações entre a subjetividade do outro e a individual, respeitando as semelhanças e diferenças, mas acima de tudo, propondo-se ao diálogo com essas diferenças.

Segundo Saffioti, no livro *Gênero, Patriarcado e Violência*, comenta que o gênero está longe de ser um conceito neutro, ele “carrega uma dose apreciável de ideologia” (p. 136)

“Tratar esta realidade exclusivamente em termos de gênero distrai a atenção do poder do patriarca, em especial como homem/marido, ‘neutralizando’ a exploração-dominância masculina” (p. 136)

A adolescência tende a ser momento de modificações biológicas em que a expressão da sexualidade ocorre de forma mais intensa. Espera-se que os professores das diferentes áreas do conhecimento, estejam preparados, e discutam a sexualidade com seus alunos de maneira ampliada e não apenas dentro da biologia e genitalidade, ou emitindo impressões pessoais, tabus sociais ou religiosos e ideias preconceituosas, daí a necessidade da formação do professor nos fundamentos e conceitos de educação sexual.

Os aspectos sociais e culturais da sexualidade que atualmente fazem parte de uma importante discussão teórica na área não aparecem nos discursos (FOUCAULT, 1988; CHAUÍ, 1984). Evidencia-se na maioria das salas de aula, a falta de formação acadêmica e os sujeitos se esforçam por improvisar atitudes de orientação, mas nada preparado pedagogicamente, ou inserido em práticas pedagógicas da escola como um todo. (FIGUEIRÓ, 2004).

Louro (1999) em sua obra “*Gênero, sexualidade e educação*”, aborda:

“é indispensável que reconheçamos que a escola não apenas reproduz ou reflete as concepções de gênero e sexualidade que circulam na sociedade, mas que ela própria as produz. [...] (p. 80-81)

DESENVOLVIMENTO

“Sem diversidade não há vida”, segundo o autor Reinaldo Bulgarelli no livro *Diversos Somos Todos* (p.37). Acredita-se que através da diversidade, seja no ambiente familiar, escolar ou organizacional, enfim no ambiente social, teremos maior possibilidade de inovação e criatividade. Entretanto, todo o tempo estamos nos comparando com o tido “normal” com o padrão rígido de normalidade imposto pela sociedade, desconsiderando a singularidade que nos diferencia com tanta beleza.

A diversidade (do termo latino *diversitate*) está ligada aos conceitos de diferença, oposição, pluralidade, multiplicidade, diferentes ângulos de visão ou de abordagem, heterogeneidade, comunhão de contrários, intersecção de diferenças ou tolerância mútua, mas apesar do tema ser amplamente discutido na sociedade atual, notamos que as oportunidades no mercado de trabalho e a ascensão profissional estão intimamente ligadas ao gênero e a orientação sexual do indivíduo, além de outros marcadores identitários. Entretanto, apesar desse discurso social político, adotado pelos países como um compromisso humanitário a seguir não é o que vemos na prática. O discurso da diversidade se faz presente em diferentes esferas da realidade social, com interesses variados em meio a determinados jogos de forças. Os Estados, por vezes, se utilizam do discurso da diversidade quando do estabelecimento de políticas multiculturais. (MICHETTI, 2017)

Miqueli Michetti (2017), no artigo “O discurso da diversidade no universo corporativo: “institutos” empresariais de cultura e a conversão de capital econômico em poder político”, para a *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, comenta que:

“A ideia de se “integrar a diversidade” aparece como uma resposta do mundo corporativo norte-americano às políticas de ação afirmativa que derivaram das lutas por direitos civis nos EUA, nas décadas de 1960 e 1970. Quando a contratação das chamadas “minorias” se tornou inevitável, a esfera da empresa buscou ultrapassar o conflito, absorvendo-o por meio do que passou a organizar como “gestão da diversidade”. A voz política que as minorias adquiriram a partir da década de 1960 não pode ser negligenciada nesse processo, nem os avanços sociais e políticos condicionados por ele” (v. 7, n. 1, jan.- jun. 2017, pp. 119-146)

Nesse contexto, a gestão da diversidade e o conceito de gestão socialmente responsável passaram a se instalar nas empresas como um valor, na agenda estratégica das organizações, do discurso político social, ao discurso econômico, surgiram então dentro das estruturas de Recursos Humanos as sub áreas de Diversidade e/ou Responsabilidade Social, era preciso gerir e estabilizar a massa da diversidade que adentrava nas empresas por força de lei (cotas) ou força popular (movimentos sociais) e tornar o cenário ora tido

incontrolável – para controlável, recentralizando o poder nas empresas ou no estado novamente.

O desafio que se colocava para o mundo empresarial diante desse quadro era o de “deslocar a questão de um conflito político, incontrolável, para uma variável interna, funcional e controlável” (ALVES; GALEÃO-SILVA, 2004).

A diferença e a desigualdade entre indivíduos e grupos passam a ser concebidas como diversidade, que será operada, então, como uma dimensão técnica do mundo do trabalho, supostamente neutra politicamente (ROELOFS, 2003; LÖWY, 2008).

Surgiram então produções na área de gestão de pessoas assegurando que a diversidade incorporada a área de Recursos Humanos traria como consequência a redução do *turn over* (rotatividade), absenteísmo, maior atração e retenção de talentos, inclusão de novas culturas, inovação e resolutividade, por consequência produtividade.

Na obra *Genealogia da Ética: Subjetividade e Sexualidade*, o autor Michael Foucault (2013), põe em questionamento as verdades que se queiram universais, dos saberes-poderes que pretendem controlar a natureza, a história da verdade e do acúmulo do conhecimento, logo a genealogia, como metodologia, é o caminho para a desconstrução de saberes, coloca que o poder funciona como rede, não há aqueles que estejam submetidos a ele, os dominados e os dominantes, o poder envolve táticas, manobras e estratégias, o exercício do poder consiste em administrar condutas.

A diversidade passou a ser então divulgada, a partir da década de 1980 como um valor das empresas, um propósito, algo que enriqueceria a sociedade como um todo, os empregados passam a ser vistos não apenas como capital humano, mas como capital econômico, a medida que mais pessoas se tornam economicamente ativas, em condição produtiva e de consumo. As empresas buscaram desde então ser vistas como “cidadãs” exercendo o papel na inserção social. Esse discurso passa a permear as organizações de forma hegemônica, como regra, da obrigatoriedade do cumprimento de cotas para uma oportunidade mercadológica.

As minorias sociais são aqui entendidas como coletividades que sofrem processos de estigmatização e discriminação, resultando em diversas formas de desigualdade ou exclusão sociais, mesmo quando constituem a maioria numérica de determinada população, sem representação política articulada na sociedade.

Inobstante a legitimidade dos movimentos sociais identitários, na aquisição de espaço dentro das organizações, da abertura do diálogo e na reivindicação de direitos, o contraponto é sobre que espaço efetivo para as diferenças nas organizações estamos discursando? Quais verdades se legitimam através do discurso da inclusão social?

A efervescência dos movimentos sociais no Brasil, ocorreu a partir da década de 70 em oposição ao golpe militar de 31 de março 1964.

Dentro das universidades os estudantes com um entendimento da situação junto a indignação dos demais indivíduos que não aceitavam o modelo de governo ditatorial,

formaram uma massa de combate organizada. A consolidação dos cursos de Ciências Sociais e a reforma pedagógica dos cursos propiciaram um pensamento mais crítico frente à interpretação de nossa realidade.

Os movimentos sociais têm como características principais: uma identidade, oposição e articulação a um projeto, conscientização da sociedade e apresentação de um conjunto de demandas via práticas de pressão, mobilização e propostas, tendo como base fundamental a permanência do diálogo e o Estado Democrático.

Gohn (2011) comenta que “que os movimentos sociais dos anos 1970 e 1980, no Brasil, contribuíram decisivamente, via demandas e pressões organizadas, para a conquista de vários direitos sociais, que foram inscritos em leis na nova Constituição Federal de 1988”.

Os movimentos de contestação ao regime militar tinham como propósito a defesa dos valores da democracia e crítica ao autoritarismo estatal. Entretanto, a resposta do governo militar foi em reprimir as manifestações através da violência e práticas de tortura, e alcançou seu auge com o famoso AI-5 (Ato Institucional número 5), que vigorou de 1968 a 1979.

Em 1978 surgiu o Movimento Somos, primeiro movimento civil formado por pessoas LGBTQTs no Brasil, e o jornal Lampião da Esquina ambos sob o comando do jornalista, escritor e cineasta João Silvério Trevisan e colaboradores. O jornal Lampião da Esquina, em formato de tabloide teve 38 edições publicadas, representava uma classe que não possuía voz na sociedade, mostrando-se importante para a construção de uma identidade nacional pluralista. Cada edição, teve uma circulação aproximada de 10 a 15 mil exemplares em todo o país.

Santos (1999), nos coloca que “mesmo aqueles que não partilham a posição de Touraine (1978), para quem o objeto da sociologia é o estudo dos movimentos sociais, reconhecem que a última década (1980), impôs esta temática com uma força sem precedentes”.

O Estado Democrático que ganhou força na década de 1980, com mobilização nacional, culminou com a promulgação da Constituição Federal de 1988. As duas grandes mobilizações nacionais deste período foram o Movimento pelas Diretas Já (1983-1984) e a mobilização da sociedade civil organizada [...] para a inclusão de novos direitos na Constituição brasileira, a qual veio a ser denominada de “Constituição Cidadã” (SCHERER-WARREN, 2008).

Os movimentos sociais originados na década de 1990 até o atuais também são fruto do pensamento das décadas anteriores, cujas lutas permanecem frente ao autoritarismo do Estado e sociedade patriarcal, geradores de saberes, indagam sobre a conjuntura política, econômica e sociocultural do país. A ligação entre os movimentos sociais e a academia, ocorre dada a essência educacional de suas ações. “Nós os encaramos como ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas distintas de a população

se organizar e expressar suas demandas”. (GOHN, 2008)

Verifica-se que através da articulação dos movimentos sociais desenvolve-se o chamado *empowerment* – empoderamento de atores da sociedade civil organizada, a medida que criam sujeitos sociais para essa atuação em rede. Tanto os movimentos sociais dos anos 1980 como os atuais têm construído representações simbólicas afirmativas por meio de discursos e práticas.

Segundo Melucci (1996), criam identidades para grupos antes dispersos e desorganizados, projetam em seus participantes sentimentos de pertencimento social, da exclusão social para a inclusão social, através de um grupo.

Na atualidade os movimentos sociais e entidades lutam contra a exclusão, por novas culturas políticas de inclusão e pelo reconhecimento da diversidade cultural. Alguns desses movimentos que promovem o diálogo entre sociedade e minorias, reúnem grupos de empresas na interlocução, como atores do processo, alguns deles:

- **Fórum de Empresas e Direitos LGBTI+** (<http://www.forumempresaslgbt.com>)
- **Instituto Ethos** (<https://www.ethos.org.br>)
- **Coalização Empresarial para a Equidade Racial e de Gênero** (<https://www.ethos.org.br/conteúdo/projetos/direitos-humanos>)
- **Transempregos** (<http://www.transempregos.com.br>)
- **ONU Mulheres** (<http://www.onumulheres.org.br>)

O autor Sodré (2007) contrapõe que diversidade é mais do que variedade de aparências, culturas e história é a existência de valores atribuídos a determinados grupos, gerando estigma, estereotipo e discriminação, uma vez que o diverso é definido a partir da comparação com o que é considerado referência universal de modelo, de padrão. Dessa forma, a valorização da diversidade explicita a existência de processos de negação. Entretanto, os movimentos utilizam a expressão como manifestação de resistência, visando ações afirmativas, buscando igualdade de oportunidades, reconhecendo que brancos e negros, mulheres e homens, heterossexuais e LGBT(3), pessoas com e sem deficiência, tem trajetórias diferentes dentro de um mesmo processo histórico que impactam suas identidades. (BENTO; CARRANÇA, 2017)

Alguns autores discutem que as empresas adotam práticas para se legitimar, por exemplo, junto ao mercado (LOUNSBURY; CRUMLEY, 2007), aos clientes (WAILES; MICHELSON, 2008), e a outros públicos que chancelem o que se faz na organização, num processo de busca de legitimidade social. Empresas que investem em práticas não discriminatórias, se habilitam a serem vistas como mais socialmente responsáveis do que outras que não adotam a mesma estratégia (WAILES; MICHELSON, 2008). Cabe observar a efetividade dos discursos empresariais em favor da diversidade, dos jogos de verdade que permeiam as relações entre os interlocutores: movimentos sociais, minorias e empresas.

A educação sexual ocorre em todas as instâncias sociais, de modo intencional ou

não intencional (FIGUEIRÓ, 1996; MAIA, MAIA, 2005; WEREBE, 1988; RIBEIRO, 1990).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) propõem que se ensine sobre sexualidade nas escolas. Devendo a Educação Sexual ser inserida como um tema transversal, ou seja, um assunto que perpassará as várias áreas de conhecimento do ensino fundamental. Entretanto, comumente, o que se vê na prática são professores despreparados para essa administração ou escolas não interessadas na provocação do tema, por vezes por pré-conceitos do corpo docente ou por receio da receptividade dos pais dos alunos.

Abaixo uma observação colhida no Grupos de Estudos sobre Educação Sexual, que a autora Figueiró (2001), presidiu na Universidade Estadual de Londrina:

“É uma pena que as pessoas que participam do curso, em sua maioria, chegam com a intenção de aprender a “cortar” a curiosidade dos alunos ou resolver de forma conservadora. Mas no decorrer do curso, percebem e crescem, conseguindo ver realmente como trabalhar com as crianças e adolescentes”. (p.116)

No livro “Educação Sexual no dia a dia” (FIGUEIRÓ, 1999), a autora apresenta situações do cotidiano escolar e familiar, bem como reflexões sobre diferentes formas de lidar com a Educação Sexual formal. Comenta que trabalhar uma programação, exige planejamento prévio, estratégia de ensino, que educar sexualmente vai além dos conteúdos das disciplinas de biologia e fisiologia, que necessita criar oportunidades para que os alunos possam se expressar, expor sentimentos, angústias, dúvidas, inseguranças, saber ouvir ativamente, rever preconceitos, e que o educador deve ser aquele que cria condições para que isso ocorra, não somente aquele que transmite o conhecimento com um dado pronto.

CONCLUSÃO

Transpondo do ambiente escolar para o ambiente corporativo, ao tratar de educação sexual no ambiente organizacional tem-se como premissa maior, uma educação que leve em conta o despertar, o provocar, o conhecer a si e ao outro para o cuidado de si e do outro, em que a educação possa promover o respeito à diversidade, a educação sexual no ambiente de trabalho, deve constituir-se como um cuidado necessário para o desenvolvimento de dada sociedade em dado momento, levar àqueles que interagem dentro desse ambiente a conscientizar-se de tudo que o envolve e quais são os efeitos de sentido de seus discursos e dos discursos dos outros. Em especial, quando se trata de questões caras à construção dos modos de existência do indivíduo dentro da cultura da organização, aos comportamentos linguísticos e outros no relacionamento interpessoal, os quais envolvem os sujeitos no mundo do trabalho.

Entretanto, o fato comumente observado é que as publicações realizadas por meio

dos movimentos e institutos que apoiam as empresas, listados no item Desenvolvimento, mais as publicações das mídias e os conteúdos produzidos nos programas de diversidade das empresas, não aprofundam para a questão da educação em sexualidade e modos de existência, abarcam a questão da diversidade, respeito, a importância da inclusão, os grupos identitários, as questões relacionadas a saúde e prevenção, o que é esperado no ambiente de trabalho e o que não é esperado, no tocante ao relacionamento entre colegas e com a liderança, o que certamente já é mais efetivo do que em décadas anteriores, porém não abarcam a subjetividade do ser e os efeitos de sentido de seus discursos.

Percebemos a relevância do tema para treinamento dos funcionários das empresas, para que tenham maior consciência de seus “vieses inconscientes” não prejudicando assim a inclusão do diverso nas empresas ou quando da definição do candidato (a) para determinada vaga interna, independente do gênero, orientação afetivo sexual, etnia, raça, deficiência, não há demérito em relação a iniciativa das empresas, a questão que propomos é um espaço de diálogo das subjetividades dos sujeitos implicados se processo, não tão somente os processos de inclusão.

Os discursos permeiam nossos ambientes sociais e corporativos, utilizados também para “explicar” o conceito de “diversidade” a exemplo do discurso religioso, discurso das organizações, discurso político e discurso jurídico.

Esse exemplo visa salientar a quais “discursos de verdade” as pessoas se identificam, ou seja, como o meio e seus dispositivos linguísticos no qual o sujeito está inserido podem interferir na constituição de seu saber, remetendo-nos a trilogia ser-saber, ser-poder e ser-ética, como nos traz os estudos de Michael Foucault (1979, 2007).

Uma construção que se dá em um determinado momento histórico, conceituado por Foucault como um dado “regime de verdade”, ou seja, os tipos de discursos que acolhe e faz funcionar como verdadeiros (Foucault, *Microfísica do Poder*, 1979, p. 12)

Como as relações de poder estão imbricadas e sendo o poder circular e operatório, conseqüentemente, que efeitos de poder positivo são produzidos para a constituição de subjetividades e como isso pode atuar na ética do próprio indivíduo, por conseqüência no seu julgamento moral.

No livro *Arqueologia do Saber*, Michael Foucault (2009), discorre sobre a Formação dos Objetos, em que o aparecimento de um objeto é visto a partir de suas condições históricas e condições para que ele se inscreva em um domínio de parentesco com outros objetos. Explica Foucault, “isso significa que não se pode falar qualquer coisa em qualquer época; não é fácil dizer alguma coisa nova; não basta abrir os olhos, prestar atenção, ou tomar consciência, para que novos objetos logo se iluminem e, na superfície do solo, lancem sua primeira claridade [...] [o objeto] existe sob condições positivas de um feixe complexo de relações.”

As relações discursivas não estão nunca no interior dos discursos, não fazem o papel de ligação entre conceitos e palavras. Podemos perceber que o que importa para

Foucault não são as palavras, seus significados e suas origens, muito menos encontrar algo que está para além do discurso, uma essência ou um núcleo duro “real” das coisas. O que importa são as regras que possibilitam a emergência dos objetos, essa é a regularidade buscada.

A história de quem somos e de como chegamos onde estamos é tecida na interação com o mundo externo, do qual participam hoje os meios de comunicação de massa somada às telecomunicações e as novas tecnologias digitais com o apanhado de informação que recebemos todos os dias inclusive no ambiente de trabalho, portanto a qualidade da informação para formação de líderes sobre sexualidade, diversidade e modos de existência se faz fundamental para que vieses inconscientes e as “verdades” não atuem antes da competência do indivíduo.

REFERÊNCIAS

ALVES, M; GALEÃO-SILVA, L. A crítica da gestão da diversidade nas organizações. *RAE-Revista de administração de empresas*, v. 44, n. 3, p. 20-29, 2004.

BULGARELLI, R. **Diversos Somos Todos**. São Paulo: Cultura, 2008

BUTLER J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; 2015. Coleção Sujeito & História.

CABRAL, J.T. **Sexualidade no mundo ocidental**. Campinas: Papyrus, 1999

BENTO, MARIA APARECIDA DA SILVA; CARRANÇA, Flávio. **Diversidade nas Empresas & Equidade Racial**, 2017.

CHAUÍ, M. **Repressão sexual: essa nossa (des) conhecida**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

DESIDÉRIO R. **Sexualidade, Educação e Mídias: Novos Olhares, Novas Práticas**, 2016

FIGUEIRÓ, M. N. D. O Professor como Educador Sexual: Interligado Formação e Atuação profissional. In: RIBEIRO, P.R.M. (Org.). **Sexualidade e educação: aproximações necessárias**. São Paulo: Arte & Ciência, 2004, p. 115-151.

FIGUEIRÓ, MARY NEIDE DAMICO. **Educação Sexual no dia a dia**: 1ª coletânea. Londrina: [s.n.], 1999.

_____. **Educação Sexual: retomando uma proposta, um desafio**. 2.ed. Londrina: UEL, 2001a.

FREUD S. Edição **Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1970-1977

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade** Vol.1: a vontade de saber. Tradução de Guilhon de Albuquerque e Maria Thereza da Costa Albuquerque. São Paulo, Graal, 1988.

GOHN, MARIA DA GLORIA. **O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

GOHN, MARIA DA GLORIA. Movimentos Sociais na Contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, Minas Gerais, v.16, n. 47, p. 333-351, maio/ago. 2011.

KIMMEL, M. A produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 4, n. 9, p. 103-117, out. 1998

LOUNSBURY, M; CRUMLEY, E. T. New practice creation: an institutional perspective on innovation. **Organization Studies**, v. 28, n. 7, p. 993-1012, 2007.

LOURO, G. L. **Gênero, Sexualidade e Educação**. Uma perspectiva pós-estruturalista. 5a. ed. Petrópolis: Vozes, v. 01. 179p., 2003.

LOURO, G. L. **Gênero, Sexualidade e Educação**. Petrópolis: Vozes, 1999.

LÖWY, Michel. **O romantismo revolucionário dos movimentos de maio** de 1968. In: Margem Esquerda, n. 11, São Paulo, 2008.

MELUCCI, ALBERTO. Challenging codes. Cambridge: **Cambridge University Press**, 1996.

MICHETTI, MIQUELI. O discurso da diversidade no universo corporativo: “institutos” empresariais de cultura e a conversão de capital econômico em poder político. Contemporânea – **Revista de Sociologia da UFSCar**, v. 7, n. 1, jan.- jun. 2017, pp. 119-146.

MILLET, K. (1969). **Sexual politics**. London. 1969

MURARO, R.M. **Breve Introdução Histórica**. In: KRAMER, H.; SPRENGER, J. *O Martelo das Feitiçarias*. Rio de Janeiro: Record, 1998, p. 5-17.

ROELOFS, Joan. **Foundations and Public Policy: The Mask of Pluralism**. Albany; New York, SUNY Press, 2003

SANTOS, BOAVENTURA DE SOUSA. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. 7. ed. Porto: Edições Afrontamento, 1999.

SCHERER-WARREN, Ilse. Movimentos sociais no Brasil contemporâneo. **História: Debates e Tendências**, vol. 7, nº 1, p. 9-21, jan./jun. 2008.

SILVA JUNIOR. **Diversidade Sexual e Inclusão Social: Uma tarefa a ser completada**. Franca, 2014

SODRÉ, MUNIZ. **Invenção do contemporâneo: a ignorância da diversidade**, 2007.

SCOTT, J. **Gênero: uma categoria útil para a análise histórica**. Recife, 1990.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: **Revista Educação & Realidade 2** (20), Porto Alegre, p.71-99. 1995.

TOURAINE, Alain. **La voix et le regard**. Paris: Seuil, 1978.

VEYNE, P. **A homossexualidade em Roma**, In: ARIÉS, P. e BEJIN, A. (org.). Sexualidades ocidentais

WAILES, N; MICHELSON, G. The transfer of management ideas to a western “periphery”: the case of corporate social responsibility in Australia. **International Studies of Management and Organization**, v. 38, n. 4, p. 100-118, 2008.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Agroecologia 94, 95, 97

Alfabetização 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 116, 126, 146, 152, 153, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 242

Ambiente corporativo 155, 164

Aprendizagem 59, 65, 69, 75, 78, 79, 80, 81, 82, 108, 112, 119, 120, 121, 122, 124, 125, 127, 128, 129, 130, 136, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 177, 179, 180, 183, 184, 185, 186, 188, 190, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 204, 205, 234, 236, 237, 238, 239

Aprendizagem significativa 127, 129, 179, 204

Arduino 99, 100, 103, 109, 110

Automatização de dados 99

Avaliação educacional 72, 84

C

Cidadania 9, 64, 65, 68, 69, 71, 114, 116, 146, 152, 237

Competências 71, 121, 128, 177, 179, 180, 186, 188, 205, 213, 216, 237, 241

Complexidade 74, 77, 78, 82, 182, 183, 193, 198, 204, 207, 208, 211, 212, 213, 214, 215

Concepciones 16, 17, 21, 23, 25, 29, 30, 33, 35, 36, 37, 228

D

Deficiência intelectual 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240

Desenvolvimento 3, 8, 14, 45, 46, 48, 49, 51, 55, 65, 67, 68, 72, 73, 74, 76, 77, 78, 80, 82, 83, 84, 86, 87, 91, 93, 98, 100, 102, 109, 112, 121, 122, 125, 127, 129, 130, 141, 143, 145, 146, 147, 149, 151, 152, 153, 155, 160, 164, 165, 169, 172, 175, 177, 178, 179, 180, 183, 185, 186, 187, 188, 190, 191, 196, 204, 205, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 234, 235, 236, 237, 238, 240, 242

Desigualdades sociais 5, 6, 111, 116, 158

Dislexia 141, 142, 143, 144, 145, 146, 149, 150, 151, 152, 153

E

Educação 1, 2, 3, 4, 6, 8, 9, 10, 12, 14, 15, 44, 46, 47, 48, 50, 51, 52, 53, 54, 56, 59, 61, 62, 63, 64, 67, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 80, 82, 83, 84, 88, 92, 94, 95, 108, 112, 113, 114, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 125, 126, 127, 129, 139, 140, 141, 144, 145, 146, 148, 151, 152, 153, 155, 159, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 171, 176, 177, 178,

179, 180, 185, 186, 189, 190, 191, 192, 194, 195, 205, 206, 214, 235, 237, 239, 240, 242

Educação ambiental 94, 95

Educação especial 119, 125, 126, 152, 235, 237, 239, 240

Ensino fundamental 67, 72, 73, 74, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 164, 186, 188, 189, 191, 205, 206, 234, 235, 238

Ensino remoto emergencial 119, 120, 121

Ensino superior 2, 10, 11, 12, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 77, 92, 177, 178, 182, 186, 188, 242

Escola amazônica 111

Escrita 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 189, 190, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 224, 236

Evasão 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 152

Experiência 1, 58, 59, 61, 67, 94, 95, 118, 140, 143, 157, 169, 177, 178, 179, 180, 185, 186, 187, 188, 189, 191, 201, 202, 204

F

Filosofia 54, 56, 60, 62, 63, 72, 242

Formação inicial 10, 11, 75, 189, 190, 191, 192, 197, 204

Formación docente 16, 17, 18, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37

G

Governança corporativa 85, 87, 88, 155

H

Habilitación docente 16, 24, 27

Horticultura orgânica 94

I

Infraestrutura escolar 72, 73, 74, 76, 78, 80, 82, 83, 84

Interação 86, 97, 102, 122, 123, 129, 138, 152, 166, 170, 183, 187, 192, 194, 196, 234, 236, 237, 239

Interdisciplinaridade 177, 178, 179, 181, 182, 188

J

Jogo de regras senha 169

Jogos didáticos 127, 128, 130, 138

L

Leitura 65, 66, 67, 68, 69, 70, 72, 79, 81, 82, 129, 130, 132, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 185, 190, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 201, 202, 203, 204, 205, 206

Letramento 64, 65, 66, 67, 69, 70, 71, 142, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 200, 202, 203, 204, 205, 206, 242

Língua brasileira de sinais 119, 120, 126

Linguagem 3, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 117, 118, 128, 129, 130, 140, 141, 143, 144, 146, 149, 150, 151, 185, 205, 236

M

Método clínico-crítico piagetiano 169, 170

Monitor de aluno com deficiência 234

N

Novas tecnologias 45, 99, 100, 166

Núcleo de estudos afro-brasileiros 1, 12

O

Onerosidade 207, 208, 212, 214, 215

P

Perfil docente integral 16

Políticas públicas 1, 3, 4, 6, 11, 12, 14, 70, 82, 83, 114, 125

Pós-graduação em educação 1, 54, 169

Possíveis e necessários 169

Prática docente 16, 17, 20, 21, 23, 25, 27, 28, 29, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37

Prática pedagógica 153, 183, 184, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 197, 200, 201, 204

Práticas de GC 85, 89

Práticas de RSC 85, 86, 87, 91, 92

Professor 1, 3, 12, 54, 59, 62, 67, 68, 70, 75, 79, 112, 122, 123, 128, 129, 135, 136, 137, 138, 146, 153, 159, 166, 169, 175, 183, 184, 185, 186, 187, 189, 190, 191, 192, 194, 195, 197, 201, 202, 204, 205, 216, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 242

Projeto adote uma escola 111, 112, 113, 115, 116

R

Racismo epistêmico 2, 11, 14

Responsabilidade social corporativa 85, 87, 89

Responsabilização educacional 72, 73

S

Sensores de campo magnético 99, 100

Sistema tributário 207, 208, 210, 211, 212, 213, 214, 215

Surdez 119, 120, 121, 124, 125

Sustentabilidade 90, 94, 97, 216

T

Tabela periódica 127, 129, 131, 135, 136, 137, 138, 139

Transparência administrativa 85

W

Webquest 177

A educação enquanto fenômeno social e a superação das desigualdades sociais

3

- 🌐 www.atenaeditora.com.br
- ✉ contato@atenaeditora.com.br
- 📷 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
- 📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

A educação enquanto fenômeno social e a superação das desigualdades sociais

3

 www.atenaeditora.com.br

 contato@atenaeditora.com.br

 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)

 www.facebook.com/atenaeditora.com.br